

REFLEXÃO SOBRE A INTRODUÇÃO À ECONOMIA: Uma Visão Geral sobre a Origem e o Objectivo da Ciência Económica

Agostinho Florindo Alves João Mateus

(economista, consultor, perito-contabilista)

mateus.cams@yahoo.com

RESUMO

Neste artigo apresentamos um breve resumo sobre a origem e os objectivos da ciência económica, trazendo à reflexão a história do pensamento económico e sua relevância actual, bem como a abrangência da micro e macroeconomia no estudo e melhoria das questões económico-sociais.

INTRODUÇÃO

Desde os tempos pré-históricos, as pessoas entenderam que, para melhor atenderem as suas muitas necessidades e desejos, precisavam de desenvolver actividades conjuntas e que para tal era necessário organizarem-se em sociedades. Devido à existência limitada de recursos face a uma quantidade ilimitada de necessidades e desejos, as pessoas, famílias e sociedades vêem-se permanentemente forçadas a fazer escolhas. Alguns observadores passaram então a analisar como essas pessoas, famílias e sociedade administram esses recursos escassos para a satisfação das suas muitas necessidades e desejos. Segundo Mochon (2006), a economia estuda as questões relacionadas à satisfação das necessidades dos indivíduos e da sociedade.

A ECONOMIA

A economia como ciência surgiu em 1776, com a obra *Riqueza das Nações*, de Adam Smith. No entanto, pelo facto de a economia fazer parte do quotidiano das pessoas desde os tempos pré-históricos, é possível encontrar doutrinas antecedentes sobre essas temáticas, como a do feudalismo, na Idade Média, fortemente influenciada pela teologia católica; o mercantilismo, depois da Idade Média, com a Reforma Protestante; os fisiocratas e a teoria do «Laissez Faire»; a Escola Clássica, já com Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx; a Escola Neoclássica ou Marginalista, com pensadores como o inglês William Stanley Jevons (1835–1882), o austríaco Carl Menger (1840–1921), o francês Léon Walras (1834–1910), o italiano Vilfredo Pareto (1848–1923) e o inglês Alfred Marshall (1842–1924). Em meados do século xx, John Maynard Keynes (1883–1946) defendeu a necessidade da intervenção do Estado na economia.

Com o aprimoramento da ciência económica, a actividade económica passou a ser mais organizada e o seu desempenho possível de mensuração. Foram criados sistemas económicos como a economia de mercado, a economia planificada centralmente e a economia mista, todos visando a administração dos recursos da sociedade. Esses sistemas passaram a ser

responsáveis pela criação de mecanismos para dar resposta a questões como: O que produzir e em que quantidade? Como produzir e para quem produzir?

O sistema de economia de mercado caracteriza-se pela liberalização da economia e pela não intervenção do Estado na mesma. Portanto, as respostas a essas questões são encontradas no mercado pela lei da procura e da oferta. Os produtores definiriam o que produzir e quanto produzir em função das necessidades do mercado. A definição do preço seria conseguida em função do equilíbrio entre o valor que o consumidor estivesse disposto a pagar e o valor a que o produtor estivesse disposto a vender. A concorrência entre os produtores levá-los-ia a procurarem uma maior participação no mercado visando o lucro e, como consequência, desenvolveriam os seus métodos de produção gerando maior qualidade no produto final.

No sistema de economia planificada centralmente, o Estado comanda a economia. É o responsável pelo levantamento das necessidades e define o que produzir e em que quantidade, como produzir e para quem produzir. O Estado é o proprietário dos factores de produção num mercado onde não há livre concorrência.

No sistema de economia mista, uma parte dos meios de produção pertence ao Estado e a outra parte pertence ao sector privado. Há uma grande intervenção do Estado na economia seja por meio das leis seja por meio das empresas públicas.

O PENSAMENTO ECONÓMICO

Pensamento económico ou história do pensamento económico é a área da ciência económica que narra de modo cronológico os factos económicos e as teorias económicas produzidas por diversos autores, conforme suas observações do comportamento real dos fenómenos económico-sociais, nos diferentes estádios do desenvolvimento das sociedades, visando a melhoria das relações económicas.

Vários teorizadores, observando a realidade das sociedades em que viviam, procuraram contribuir propondo soluções para os problemas que

impediam o crescimento e o desenvolvimento de suas economias. Assim, o pensamento económico é apresentado para reflexão e análise de acordo com a evolução da sua história.

Na Idade Média, imperava o sistema económico feudalista, fortemente influenciado pela teologia católica, que aceitava a propriedade privada, mas não o exercício de actividades lucrativas e a cobrança de juros nos tratos comerciais. Nessa época, a terra era considerada o património mais importante, e, como tal, o pensamento económico era de que a agricultura era a actividade que efectivamente gerava riqueza. Devido à grande influência da teologia católica, o enriquecimento era pecado, e a cobrança de juros nas transacções comerciais não era permitido. No entanto, com o avanço tecnológico na produção e o aumento das quantidades de bens para a comercialização, outros observadores sociais apresentaram teorias que indicavam a importância da função do comércio na geração de riqueza. Assim surge o mercantilismo.

O mercantilismo é o pensamento económico que surge depois da Idade Média, com a Reforma Protestante conduzida por Martinho Lutero (1483–1546) e João Calvino (1509–1564), na época dois religiosos influentes que passaram a pregar não ser pecado as pessoas terem iniciativas económicas individuais e obterem riqueza. Nessa época, a cobrança de juros e a obtenção de lucros nas transacções comerciais passou a ser permitida, e as economias começaram a integrar-se como nação com um Estado dirigindo as forças materiais e humanas. O mercantilismo contribuiu para o alargamento das relações comerciais bilaterais, regionais e internacionalmente (Sanches, c. 2015). No entanto, esse modelo não era completo em si. Os avanços constantes das sociedades traziam consigo outros desafios. Surge então a fisiocracia.

Segundo Sanches (c. 2015), a fisiocracia constitui a primeira escola económica de carácter científico, liderada pelo médico francês François Quesnay (1694–1774), autor da obra *O Quadro Económico: análise das variações do rendimento de uma nação*. Para os teorizadores fisiocratas, a agricultura também era a única actividade produtiva geradora de valor, e as demais actividades, como comércio, indústria e serviços, eram estéreis. Os clássicos discordavam.

Os pensadores clássicos estabeleceram a economia como ciência. Adam Smith (1723–1790), com a sua obra *Riqueza das Nações*, em 1776, estabeleceu as bases científicas da economia moderna. Para Smith, o factor gerador de riqueza não era apenas a terra e seus recursos, mas o trabalho, em qualquer estágio do processo (cultivo, transformação, transporte e comércio). Esse pensador considerava desnecessário a regulamentação das relações comerciais pelo Estado, pois o mercado tem mecanismos próprios para os equilíbrios necessários. Criou o conceito de mão invisível (Sanches, c. 2015).

Outro autor clássico que contribuiu para o pensamento económico foi David Ricardo (1776–1823) com a sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817). O autor estava preocupado com a determinação das leis que regulam a distribuição do produto do país entre as classes sociais. David Ricardo desenvolveu a teoria dos custos comparativos na análise das vantagens comparativas do comércio internacional (Sanches, c. 2015).

Karl Marx (1818-1883) centrou o seu pensamento socialista na teoria do valor-trabalho e no conceito de mais-valia. Karl Marx e Fredrich Engels estabeleceram as bases da doutrina socialista da superação do capitalismo. Para Marx, era relevante o facto de o capitalista pagar ao trabalhador apenas uma parte do valor real que ele mesmo produzia. Com o aumento e a modernização da tecnologia de produção e das relações comerciais, surgiram os neoclássicos.

Os neoclássicos ou marginalistas, como Vilfredo Pareto, Alfred Marshall e outros, contribuíram com a teoria da utilidade marginal. Contrários à teoria do valor-trabalho de Marx, esses defendiam a teoria do valor-utilidade. Entendiam ainda que, numa sociedade onde cada proprietário de recursos produtivos é remunerado apenas pela sua produtividade marginal, não existem conflitos sociais. Os neoclássicos concordam com Adam Smith quanto ao equilíbrio dos mercados através da oferta e da procura dos bens e factores.

O pensamento económico de Keynes, também conhecido como Teoria Keynesiana, traz contribuições sobre desemprego involuntário e o fluxo circular do produto e do rendimento. Em sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), John Maynard Keynes (1883–1946) refutou a ideia de

equilíbrio com pleno emprego de factores, pela rigidez de salários e preços. A sua doutrina resume-se em princípios como a inter-relação entre o rendimento nacional e os níveis de emprego, os determinantes do rendimento e do emprego e a participação intensiva do Estado na economia.

É facto que esses autores contribuíram bastante para o surgimento e desenvolvimento da ciência económica. No entanto, segundo Angeli (2013), a importância do pensamento económico ou da história do pensamento económico hoje, é questionada pela classe de economistas em termos de sua relevância e necessidade, sendo aceite apenas como relato da trajectória da ciência económica. Não obstante, o mesmo autor percebe importância do pensamento económico na medida em que mostra não só o percurso da ciência como também as diferentes possibilidades de desenvolvimentos teóricos que podem surgir em cada época da história da profissão economista.

Angeli (2013) propõe a utilização dos autores do passado levando em consideração a época e o contexto em que se encontravam sem perder de vista a possibilidade de aproveitamento crítico de suas construções e de conexão daquelas teorias com a realidade actual.

Dada a abrangência dos assuntos tratados pela economia, desde os interesses e necessidades individuais aos interesses e necessidades colectivas da sociedade, ainda em meados do século XX, a economia divide-se em dois grandes ramos: a microeconomia e a macroeconomia.

A MICROECONOMIA

Segundo Sanches (c.2015), a microeconomia é um ramo da economia que estuda o comportamento dos agentes económicos (consumidores, empresários, trabalhadores e governo), procurando desvendar como tais agentes tomam suas decisões e quais as repercussões dessas decisões no resto da sociedade.

As relações económicas entre os agentes económicos ocorrem no mercado. Conceituamos mercado como sendo o espaço físico ou virtual no qual o agente económico consumidor adquire bens e/ou serviços do agente económico ofertante, a um determinado preço.

Para desvendar como os agentes económicos tomam suas decisões e quais os efeitos dessas sobre a economia, a teoria microeconómica faz recurso a algumas variáveis como preço, procura, oferta e equilíbrio de mercado, bem como de alguns pressupostos básicos para a análise microeconómica.

O preço é o valor atribuído a um bem comercializado no mercado. Segundo Vasconcelos (2002), citado por Tebchirani (2011), a formação de preço fundamenta-se no pressuposto de que o valor do bem é subjectivo (valor utilidade) baseado na preferência do consumidor, de que o consumidor quer sempre consumir mais e de que, enquanto se analisa uma variável desejada, as demais mantêm-se constantes (*coeteris paribus*).

Segundo Tebchirani (2011), a procura é a quantidade de um bem ou serviço que o consumidor deseja adquirir num determinado período de tempo. A *procura depende do preço* do bem ou serviço, do preço de outros bens ou serviços, do rendimento do consumidor, de factores sazonais, da disponibilidade de crédito e do cenário económico.

A oferta é a quantidade de um bem ou serviço que os produtores desejam vender num determinado período de tempo. A *oferta depende do preço* do bem ou serviço, do preço dos insumos, da tecnologia empregada, do preço dos demais bens e da quantidade de produtores (Tebchirani, 2011).

O equilíbrio de mercado é uma situação que ocorre quando a quantidade procurada é igual à quantidade ofertada e *as partes se encontram satisfeitas com o preço*.

São pressupostos para análise microeconómica: enquanto se analisa uma variável, as demais variáveis mantêm-se constantes (*coeteris paribus*); consumidor e ofertante são racionais (querem sempre maximizar o grau de satisfação e o lucro, respectivamente); relevância dos preços relativos (preço de um bem em relação aos de outros bens).

A análise microeconómica permite-nos perceber que consumidores e ofertantes reagem à variável preço. Enquanto de um lado o consumidor se decide pela compra ou não de um bem em função do seu rendimento e da utilidade/satisfação que o mesmo bem lhe pode proporcionar, por outro, a

firma/empresa decide pela produção ou não de um bem em função do lucro que a venda desse bem lhe pode proporcionar.

Em ambiente de concorrência perfeita, o sistema de preços é o bastante para os equilíbrios necessários nos mercados de bens e serviços, monetário, cambial, etc., pois ofertantes e consumidores negociam livremente e realizam as trocas num valor satisfatório para ambos, dispensando-se a interferência do Estado. No entanto, visto que os mercados nem sempre operam em um ambiente de concorrência perfeita, vão sendo criados alguns *trusts* (conglomerados de empresas que se formam com o objectivo de tomar o controlo do mercado e determinar unilateralmente os preços dos bens/serviços, visando a maximização dos seus lucros). Em consequência disso, alguns autores consideram ser imperiosa a intervenção do Estado no mercado. No entanto, outros autores consideram que o Estado não deve intervir, pois é a sua intervenção que causa os desequilíbrios.

Como observado no parágrafo anterior, a microeconomia pode ser aplicada tanto no sector empresarial como no sector governamental. Segundo Tebchirani (2011), nas empresas é aplicada na elaboração da política de preços, previsão de custos, facturação e procura, elaboração e avaliação de projectos, etc. No aparelho governativo, é aplicada na elaboração da política económica (política de subsídios, fixação de preços mínimos, verificação do efeito dos impostos sobre os mercados específicos, criação de leis antitrust, etc.).

A MACROECONOMIA

A macroeconomia é a área da ciência económica que lida com questões que afectam a economia como um todo. Estuda o comportamento de variáveis agregadas como o produto interno bruto (PIB), a produtividade, o desemprego, a inflação, a taxa de juro, o investimento, a dívida pública, o défice externo, etc. (Silva, c. 2008).

Segundo Tebchirani (2011), em macroeconomia, a decisão final sobre o curso das acções a serem seguidas diante das várias prioridades é uma

questão política. E de facto é, pois toda a acção governativa deve objectivar o bem-estar social através da promoção do(a):

- a) alto nível de emprego,
- b) estabilidade dos preços,
- c) crescimento da produção e
- d) distribuição equitativa do rendimento.

Os dois primeiros, alto nível de emprego e estabilidade dos preços, são objectivos conjunturais ou de curto prazo que visam os ciclos económicos. Já os demais são estruturais ou de longo prazo, visando o crescimento e o desenvolvimento económicos.

A participação do Estado sobre a capacidade produtiva, sobretudo no que se refere à oferta agregada e à procura agregada, consuma-se através dos principais instrumentos da política macroeconómica: a política fiscal, a política monetária, a política cambial e a política comercial. A função desses instrumentos é garantir ao Estado a definição da política pública e o controlo da economia.

- a) Política fiscal — controla o orçamento público (receita e despesa do sector público).
- b) Política monetária — controla a moeda, o crédito e a taxa de juro.
- c) Política cambial — controla o ingresso e a saída de moeda estrangeira, bem como a formação da taxa de câmbio.
- d) Política comercial — define as práticas de comércio internacional; os mecanismos de incentivo as exportações; e o relacionamento comercial com os demais países.

As principais variáveis macroeconómicas são determinadas pelos quatro principais mercados, dependendo das forças de oferta e de procura. Os quatro principais mercados são: mercado de bens e serviços (Índice Geral de Preços — IGP e Produto Interno Bruto — PIB), mercado de trabalho (Taxa de Salário e Nível de Emprego), mercado monetário (Taxa de Juros e Meios de Pagamento) e mercado cambial (Taxa de Câmbio e Volume de Moeda Estrangeira) (Tebchirani, 2011).

Todos os elementos da teoria macroeconómica acima mencionados referem-se ao conjunto de dispositivos para acções de planeamento da economia. No entanto, para uma gestão mais eficiente, o Governo precisa de outros elementos que lhe permitam o acompanhamento e controlo da implementação das políticas traçadas quanto aos níveis de execução, bem como aos níveis de eficiência e eficácia. Esses elementos são produzidos pelos sistemas de contabilidade nacional, que é responsável pela medição do produto interno bruto e seus componentes, e pelo sistema que permite a elaboração da Balança de Pagamentos do país.

REFERÊNCIAS

- Angeli, Eduardo (2013), A Importância da História do Pensamento Económico e do Pluralismo Metodológico em Economia a Partir da Perspectiva da escola Austríaca. — Artigo submetido ao XVI Encontro de Economia da Região Sul (Anpec-Sul 2013).
- Mochon, Francisco, *Princípios e Economia*. Lapa-SP: Editora Pearson Education do Brasil — 2006.
- Sanches, Lúcio (c. 2015), *Apostila Introdução à Economia*, da FAPAN — Faculdade Pan Amazônica.
- Tebchirani, Flávio Ribas, *Princípios de Economia Micro e Macro*. 3.^a ed., Curitiba, Editora IBPEXDIALOGICA, 2011.
- https://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/macro1/macro1_cap1.pdf — João Correia da Silva (c. 2008). Apostila de Macroeconomia-1 da FEUP — Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Consultado a 27.04.2020.